

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: CE000203/2022  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 21/03/2022  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR011211/2022  
NÚMERO DO PROCESSO: 13624.101052/2022-21  
DATA DO PROTOCOLO: 21/03/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE FORTALEZA, CNPJ n. 07.343.452/0001-15, neste ato representado(a) por seu ;

E

FEDERACAO DO COMERCIO DO ESTADO DO CEARA, CNPJ n. 07.267.479/0001-76, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) dos Empregados em estabelecimentos comerciais varejistas, atacadistas e intermediários de artigos de vestuário, de artigos, de balas, bombons, chiclete, chocolates, de bebidas, de calçados, artigos de couro e viagem, de carnes frescas, aves e peixes, frios, laticínios embutidos, congelados e conservas, açougues, de equipamentos, artigos e materiais para escritórios, comunicação, de livros e papelaria, de máquinas e aparelhos de uso doméstico e pessoal, CDs, DVDs e jogos eletrônicos e em DVDs, de material eletrônico em áudio e vídeo, de instrumentos musicais, de material de construção, ferragens, ferramentas manuais e produtos metalúrgicos, vidros, espelhos e vitrais, tintas em madeiras, de móveis e utensílios, artigos de iluminação, material elétrico e hidráulico e artigos para residência, artigos de decoração para residência, de fumos e produtos de fumo, produtos de padaria, artigos médicos, ortopédicos e odontológicos, de aparelhos elétricos, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, de lojas de departamentos e magazines, de perfumaria e produtos de estética e beleza, de higiene pessoal, de tecidos, vestuários e armarinhos, de confecção masculina, feminina e infantil, de produtos de plástico, de descartáveis, de embalagens, de material, peças, periféricos e acessórios para informática, produtos ópticos, óculos, jóias, relógios, bijuterias e material fotográfico e cinematográfico, de animais vivos, de bebidas, frutas e verduras no atacado, de calçados, de cereais e beneficiados no atacado, leguminosas, farinhas, amido e féculas no atacado, de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação, de fios têxteis, artefatos de tecidos e couros, de hortifrutigranjeiros, leite e produtos do leite, material de construção, ferragens e ferramentas, de máquinas e equipamentos para comércio e escritório, de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso industrial, técnico e profissional, de matérias primas agrícolas, produtos semiacabados e produtos alimentícios para animais e ração, de pescados, de produtos alimentícios no atacado, de produtos extrativos de origem mineral, de produtos intermediários não agropecuários, de produtos químicos, de resíduos e sucatas, material de construção e ferragens, de máquinas, equipamentos industriais, embarcações e**

aeronaves, de artigos de uso domésticos, com abrangência territorial em Aquiraz/CE e Eusébio/CE, com abrangência territorial em Aquiraz/CE e Eusébio/CE.

## **Salários, Reajustes e Pagamento**

### **Piso Salarial**

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Fica estabelecido, após o 3º (terceiro) mês de contratação, a partir de 1º de janeiro 2022, os seguintes PISOS SALARIAIS:

A) R\$ 1.275,21 (um mil, duzentos e setenta e cinco reais e vinte e um centavos) para trabalhadores (as) de empresas com até 10 (dez) empregados(as).

B) R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) para trabalhadores (as) de empresas com mais de 10 (dez) empregados (as).

**PARÁGRA ÚNICO** - Os valores oriundos desta cláusula, bem como das demais cláusulas econômicas, deverão ser pagos retroativos a 1º de janeiro de 2022, em 2 parcelas iguais e sucessivas sendo a primeira na folha subsequente do mês de fechamento do presente instrumento.

### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

Os salários em vigor acima do piso salarial aqui fixados serão reajustados, em 1º de janeiro de 2022, com o percentual de 10,16% (dez vírgula dezesseis por cento), devendo o percentual incidir sobre o salário base de 01º de janeiro de 2021.

**Parágrafo Primeiro** - No reajuste previsto nesta cláusula serão compensados, automaticamente, todos os aumentos, antecipações e abonos, espontâneos ou compulsórios, concedidos pela empresa no período compreendido, excetuando-se os previstos na Instrução Normativa nº 1 do TST, respeitada a irredutibilidade salarial.

**Parágrafo Segundo** - As empresas que já concederam reajuste igual ou acima do percentual negociado no caput da presente cláusula, ficam desobrigadas a concessão de qualquer reajuste;

**Parágrafo Terceiro:** As empresas que concederam reajuste inferior ao percentual disposto no caput da presente cláusula deverão complementar o valor reajustado até o percentual negociado.

**Parágrafo Quarto** - Os valores oriundos desta cláusula, bem como das demais cláusulas econômicas, deverão ser pagos retroativos a 1º de janeiro de 2022, em 2 parcelas iguais e sucessivas sendo a primeira na folha subsequente do mês de fechamento do presente instrumento.

#### **CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

As empresas fornecerão mensalmente aos seus empregados contracheques em envelopes autenticados ou documento similar com timbre ou carimbo, ainda que em formato eletrônico, no qual constem discriminadamente todos os valores pagos bem como os descontos efetuados e os depósitos de FGTS.

#### **Descontos Salariais**

#### **CLÁUSULA SEXTA - DESCONTO NO SALÁRIO**

Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto no salário do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, empréstimos consignados, de dispositivo de lei, de contrato coletivo ou mediante autorização prévia, feita por escrito, do empregado.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Fica vedado o desconto no salário do empregado dos valores de cheques não compensados ou sem fundos, salvo se não cumprida as ordens do empregador.

#### **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO DE FÉRIAS**

O pagamento das férias, do adicional de 1/3 (um terço) constitucional e do eventual abono pecuniário deverá ser feito até dois dias antes do início do período de férias. Da importância recebida, o empregado dará quitação, em recibo, no qual deverão constar as datas de início e término do respectivo período.

#### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **Adicional de Hora-Extra**

## **CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAS**

As horas extras serão pagas com adicional de 50% (cinquenta por cento).

**Parágrafo Único:** As horas extras trabalhadas em dias de domingos e feriados deverão ser pagas com adicional de 100% (cem por cento).

### **Outros Adicionais**

## **CLÁUSULA NONA - OPERADOR DE CAIXA**

Aos empregados no exercício da função de operador de caixa, fica assegurado, mensalmente, a título de quebra de caixa, um adicional de 10% (dez por cento) sobre o piso da categoria, devidamente anotado na sua CTPS.

**Parágrafo Primeiro:** A conferência dos valores em caixa será realizada na presença do respectivo operador e, sendo este impedido pelo empregador de acompanhar a conferência, estará isento de qualquer responsabilidade por eventuais diferenças de valores que se verifiquem.

**Parágrafo segundo:** As empresas fornecerão, a todos os empregados que exerçam a função de caixa, cadeiras confortáveis com encosto e apoio para os pés, para o desenvolvimento de suas funções.

**Parágrafo Terceiro:** A quebra de caixa não será devida aos empregados que por liberalidade dos empregadores não indenizam as eventuais diferenças verificadas, devendo o empregador comunicar sua decisão ao sindicato profissional.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DIAS DE BALANÇO**

Havendo que se realizar o balanço ou inventário em domingos ou dias feriados coincidentes com a folga do trabalhador, este terá direito a gozar um dia de folga na semana subsequente.

### **Comissões**

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - COMMISSIONISTAS PURO**

Será obrigatoriamente anotado, pelo empregador, na CTPS, o percentual das comissões a que faz jus o empregado, seguido da sigla + R.S.R., designativa de Repouso Semanal Remunerado.

**Parágrafo Primeiro:** O percentual das comissões é calculado sobre o valor das vendas à vista e a prazo.

**Parágrafo Segundo:** Sempre que o valor das comissões não atinja o valor do piso salarial ora estabelecido, o empregador concederá, ao comissionista, a necessária complementação financeira por forma a garanti-lo.

**Parágrafo Terceiro:** O pagamento de férias, 13º salário, aviso prévio e demais direitos a que fizerem jus os empregados comissionistas, será calculado pela média salarial dos últimos 8 (oito) maiores comissões dos últimos 12 (doze) meses que se antecederem o pagamento, a que acrescerá o salário fixo, quando houver.

**Parágrafo Quarto:** Para cálculo do repouso semanal remunerado serão consideradas as comissões de vendas do mês e para cálculo do pagamento das horas extras, essas comissões integram o salário base.

**Parágrafo Quinto:** Em caso de falta do empregado comissionista, não poderá ser descontada a parte relativa às comissões, facultado o desconto no que se refere ao repouso semanal remunerado.

**Parágrafo Sexto:** O empregado comissionista fica isento de qualquer responsabilidade pelo inadimplemento das vendas a prazo, não perdendo as comissões delas decorrentes, desde que as referidas vendas tenham sido efetuadas no estrito cumprimento das normas da empresa.

### **Auxílio Alimentação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE REFEIÇÃO OU ALIMENTAÇÃO**

As empresas que pratiquem atividade empresarial no município de Aquiraz ou Eusébio e possuam matriz ou filial na cidade de Fortaleza, ficam obrigadas a fornecer para todos os seus trabalhadores (as) durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, vale-alimentação, a escolha do empregador, no valor mínimo de R\$ 10,13 (dez reais e treze centavos), ao comerciário, por dia útil de trabalho, cuja jornada seja superior a seis horas, descontando-se do empregado o percentual máximo de 6,25% (seis vírgula vinte e cinco por cento) do custo direto do vale-refeição ou alimentação (art. 2º, §1º, Decreto 05/1991).

**Parágrafo Primeiro** – Caso a empresa já forneça diretamente a alimentação ou já pague vale-refeição ou vale-alimentação em valor superior ao estabelecido na presente Convenção Coletiva de Trabalho, ficam garantidas aos seus empregados tais vantagens e condições.

**Parágrafo Segundo** – As empresas que fechem as portas (não funcionamento) no horário de almoço, estão isentas do pagamento do vale-alimentação previsto no caput da presente cláusula.

**Parágrafo Terceiro** – As empresas que pratiquem atividade empresarial apenas na cidade do Aquiraz ou Eusébio, ou ainda que possuam filiais em outras cidades que não seja Fortaleza, também estão isentas do pagamento do vale-alimentação previsto no caput da presente cláusula.

**Parágrafo Quarto** - O benefício contido nesta cláusula, em relação aos empregados e empregadores:

**I** - Não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do beneficiário para quaisquer efeitos;

**II** - Não constitui base de incidência de contribuição previdenciária, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e/ou tributação de qualquer espécie;

**III** - Não é considerado para efeito de pagamento de Gratificação de Natal, nem qualquer outro título ou verba trabalhista decorrente do contrato de trabalho, nem mesmo para efeitos de rescisão contratual;

**IV** - Sua duração está limitada ao prazo de vigência desta Convenção Coletiva;

**Parágrafo Quinto** – As empresas que já forneciam alimentação *in natura*, devidamente cadastradas no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, estão isentas do pagamento do vale-alimentação.

**Parágrafo Sexto** – Os empregados que estiverem com contrato de trabalho suspenso ou interrompido, por qualquer motivo, não terão direito aos vales alimentação, durante a suspensão ou interrupção. Também não terão esse direito em caso de falta.

**Parágrafo Sétimo** – As empresas que preencham os requisitos legais poderão aderir ao Programa de Alimentação do Trabalhador e obter os incentivos fiscais da Lei n. 6.321/76.

**Parágrafo Oitavo** – **As empresas** que fornecerem vale-alimentação, de acordo com as condições expressas na presente cláusula, ficam obrigadas a prover e/ou liberar os respectivos vales até o 5º (quinto) dia útil do mês em curso.

**Parágrafo Nono** – As empresas não poderão fornecer o vale alimentação em alimentos ou mercadorias (salvo a exceção prevista no parágrafo quinto, primeira parte), ou em dinheiro.

**Parágrafo Décimo** – As empresas que não fornecerem vale alimentação e utilizarem de dinheiro ou outro meio de custeio da refeição do trabalhador, salvo o fornecimento do alimento *in natura* acima referido, não terão cumprido a presente cláusula.

#### **Auxílio Morte/Funeral**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO FUNERAL**

No caso de falecimento do empregado a empresa pagará diretamente a família, contra recibo, mediante apresentação de certidão de óbito, quantia equivalente a um piso salarial da categoria, a título de auxílio funeral.

## **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

### **Desligamento/Demissão**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DISPENSA DO AVISO PRÉVIO**

O empregado fica dispensado do prazo do aviso prévio, recebido ou concedido, desde que obtenha novo emprego devidamente comprovado. Em qualquer um dos casos o empregado receberá, na rescisão, tão somente os dias eventualmente trabalhados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PRAZO PARA PAGAMENTO DE RESCISÃO**

As rescisões de contrato de trabalho deverão ser realizadas dentro prazo estabelecido no art.477, § 6º da CLT, sob pena de pagar a mesma multa estabelecida no §8º do citado art. 477, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- a. Recusar-se o empregado a assinar a comunicação prévia da data, hora e local da assinatura da rescisão;
- b. Assinando, deixar de comparecer ao ato;
- c. Comparecendo, suscitar dúvidas que impeçam a sua realização, hipótese em que a empresa apresentará os novos cálculos, se for o caso, no dia útil imediato;
- d. Em outros casos, quando comprovadamente não existir culpa da empresa.

### **Estágio/Aprendizagem**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - APRENDIZ**

Considera-se aprendiz o trabalhador com idade entre 14 (catorze) e 24 (vinte quatro) anos, matriculado num curso profissionalizante e que tenha sido contratado para desempenhar um trabalho relacionado com o seu curso.

**Parágrafo Primeiro:** A jornada de trabalho do aprendiz não poderá exceder o limite de 6 (seis) horas diárias exceto para aqueles que já tenham concluído o ensino fundamental, caso em que a jornada pode estender-se até ao limite de 8 (oito) horas diárias, mas nessas horas devem ser computadas aquelas destinadas à aprendizagem teórica.

**Parágrafo segundo:** O contrato de aprendizagem é um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e anotado na CTPS, que não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

**Parágrafo Terceiro:** Ao trabalhador aprendiz é garantido o salário mínimo hora, entendido este valor como o valor proporcional à (uma) hora sob a égide do salário mínimo nacional.

#### **Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ANOTAÇÕES NA CTPS**

Os empregadores terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da admissão do trabalhador, para anotarem, na respectiva Carteira de Trabalho e Previdência Social, a data de admissão, os serviços a prestar, a remuneração e as condições especiais, se houver.

#### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

##### **Normas Disciplinares**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - REVISTA DOS EMPREGADOS**

Os empregadores que adotarem o sistema de revista do empregado fá-lo-ão por pessoa do mesmo sexo do revistado, e em local adequado de forma a que se evitem eventuais constrangimentos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - TOLERÂNCIA POR ATRASO**

O empregado terá direito em seu primeiro turno de trabalho a uma tolerância por atraso de quinze (15) minutos durante três (3) dias em cada mês.

**Parágrafo Único:** Se o empregado após extrapolar chegar atrasado e o empregador permitir a sua entrada, não poderá efetuar qualquer desconto relativo ao referido dia, nem em relação ao repouso semanal remunerado ou ao feriado

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DESCONTO DE MERCADORIAS**



Fica vedado as empresas abrangidas por esta convenção coletiva de trabalho efetuar desconto nos salários de seus empregados em decorrência da existência de mercadorias avariadas ou vencidas, salvo comprovação de culpa ou dolo do empregado

#### **Estabilidade Mãe**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ESTABILIDADE DA GESTANTE**

Fica garantida estabilidade no emprego à empregada gestante desde a concepção até 45 (quarenta e cinco dias) após o termo final descrito no artigo 10º, inciso II, letra b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

#### **Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ESTABILIDADE AO EMPREGADO ACIDENTADO**

O empregado, após o retorno da licença previdenciária por motivo de acidente de trabalho, gozará de estabilidade de 01 (um) ano.

#### **Estabilidade Portadores Doença Não Profissional**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ESTABILIDADE DO EMPREGADO SOB AUXÍLIO DOENÇA**

Fica garantido o emprego e o salário ao empregado sob auxílio-doença, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do término do benefício concedido pelo sistema previdenciário, ressalvada a dispensa por motivo disciplinar.

#### **Estabilidade Aposentadoria**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA**

Aos empregados com mais de cinco anos ininterruptos de serviços prestados à mesma empresa, é reconhecida a garantia de emprego durante os dezoito meses anteriores à aquisição do direito à aposentadoria por tempo de serviço integral, ressalvada a hipótese de ocorrer dispensa por justa causa.

## Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

### Duração e Horário

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ABERTURA E HORÁRIO DE TRABALHO

Fica facultado o funcionamento dos estabelecimentos comerciais albergados pelas entidades patronais signatárias deste instrumento nos feriados a seguir determinados: **08/12/2022, 19/03/2022, 25/03/2022, 21/04/2022, 20/06/2022, 07/09/2022, 12/10/2022, 02/11/2022, 15/11/2022**, ressaltando os feriados municipais, limitado a 4 (quatro) feriados por município, nos quais o comércio poderá funcionar normalmente, sem prejuízo a ajuda de custo prevista nessa cláusula.

**Parágrafo Primeiro. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** As lojas poderão funcionar, nos feriados acima discriminados, das 8:00 às 16:00 horas;

**Parágrafo Segundo. AJUDA DE CUSTO:** Os estabelecimentos que funcionarem nos dias acima estabelecidos deverão pagar a todos os empregados que laborarem no referido dia, até o final do referido expediente, a título de ajuda de custo, a importância de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais), a qual não possui natureza salarial não incidindo nas demais verbas trabalhistas, bem como não incorporam ao salário;

**Parágrafo Terceiro. REPOUSO REMUNERADO:** aos trabalhadores que percebam salário **comissionista** e laborarem nos feriados estabelecidos acima será garantido um repouso semanal por cada feriado laborado;

**Parágrafo Quarto.** Fica assegurado aos empregados que laborarem nos feriados definidos acima um dia de folga por cada feriado laborado em até 15 (quinze) dias do referido feriado laborado ou o pagamento de um dia em dobro.

**Parágrafo Quinto. DIA DO COMERCIÁRIO:** os estabelecimentos comerciais albergados por esta convenção não funcionarão no dia 26 de setembro de 2022, data em que se comemora o **dia do comerciário**.

**Parágrafo Sexto. TERÇA-FEIRA DE CARNAVAL:** Os Estabelecimentos Comerciais representados por essa Convenção Coletiva de Trabalho não funcionarão na terça-feira de carnaval, somente abrindo as portas na quarta-feira de cinzas a partir de 12 horas, excetuadas as empresas distribuidoras de bebidas e do Comércio Atacadista de Alimentos, conforme dispões cláusula 25ª da presente convenção.

**Observação:** Para o ano de 2022, não se aplica a previsão contida no parágrafo sexto, uma vez que a convenção coletiva foi firmada posterior ao período de carnaval, bem como o Governo do Estado do Ceará publicou Decreto retirando o ponto facultativo dos servidores públicos e orientou o funcionamento normal do comércio.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ABERTURA E HORÁRIO DE TRABALHO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCI**

A presente cláusula é aplicada exclusivamente ao Comércio Atacadista de Gênero Alimentícios, conforme descrição de atividade econômica constante do cartão CNPJ.

**Parágrafo Primeiro.** O comércio respeitará a jornada de 08 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

**Parágrafo Segundo.** Os estabelecimentos contemplados no caput encerrarão as suas atividades nos dias **25/12/2021, 01/01/2021 e 01/05/2021.**

**Parágrafo Terceiro.** Os empregados que trabalharem nos feriados terão direito a uma folga no prazo de 30 (trinta) dias após o dia do feriado trabalhado.

**Parágrafo Quarto.** Os empregados que laborarem aos domingos, fica assegurada um domingo de folga a cada dois domingos trabalhados.

**Parágrafo Quinto. AJUDA DE CUSTO:** Os estabelecimentos que funcionarem em feriados não vedados deverão pagar a todos os empregados que laborarem no referido dia, a título de ajuda de custo, a importância de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais);

**Parágrafo Sexto.** Havendo que se realizar o balanço ou o inventário em domingos ou dias feriados coincidentes com a folga do trabalhador, este terá direito a gozar um dia de folga na semana subsequente;

**Parágrafo Sétimo.** Fica garantido aos trabalhadores das empresas atacadistas de gênero alimentícios, que laborarem no dia 26 de setembro de 2022, dia do comerciário, além do pagamento da ajuda de custo prevista no parágrafo 5º desta cláusula, folga no dia do seu aniversário.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO FUNCIONAMENTO DO SHOPPING CENTER**

As lojas localizadas no Shopping funcionarão nos horários de segunda-feira a sábado das 09h00min (nove horas) às 22h00min (vinte e duas horas) e aos domingos das 14h00min (quatorze horas) às 21h00min (vinte e uma horas).

**Parágrafo Primeiro:** Excepcionalmente nos domingos que antecederem aos dias dos pais, das mães e os domingos de dezembro, as empresas poderão antecipar a abertura das lojas para às 13h00min e prolongar até as 22h00min (vinte e duas horas).

**Parágrafo segundo:** Fica assegurado aos empregados que laborarem em jornada extraordinária aos domingos, o pagamento das horas excedentes com adicional de 100% sobre o valor da hora normal.

**Parágrafo Terceiro:** Ressalte-se que o horário de funcionamento previsto na presente cláusula não se aplica aos Supermercados que eventualmente funcionem no shopping, devendo ser observada as regras específicas da convenção coletiva de trabalho que contemple as empresas do comércio varejista de gêneros alimentícios.

#### **Intervalos para Descanso**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - INTERVALO INTRAJORNADA**

A duração de qualquer trabalho contínuo superior a seis horas obriga à concessão de intervalo, para repouso e alimentação do empregado mínimo de 60 (sessenta) minutos e no máximo 120 (cento e vinte) minutos.

**Parágrafo Único.** Se a duração do trabalho se situar entre quatro e seis horas, será obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos.

#### **Faltas**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ABONO DE FALTA DO EMPREGADO ESTUDANTE**

Aos empregados estudantes, que vierem prestar exames vestibulares devidamente comprovados serão assegurados o direito a abono de faltas nos dias das provas, desde que o empregador seja comunicado com antecedência de no mínimo 48 (quarenta e oito) horas.

#### **Outras disposições sobre jornada**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - FREQUÊNCIAS DE REUNIÕES E CURSOS**

As reuniões de trabalho que sejam de comparecimento obrigatório deverão realizar-se durante o expediente e, quando ultrapassarem a jornada normal de trabalho, serão remuneradas como horas extras.

**Parágrafo Único.** Os cursos de aperfeiçoamento, desde que haja aquiescência do empregado, poderão ser realizados fora do expediente normal de trabalho, ficando o empregador isento do pagamento de horas extras.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - JORNADA DO ESTUDANTE**

Fica vedada a prorrogação do horário de trabalho do empregado estudante ou mudança de turno que venha prejudicar a frequência nas aulas.

### **Saúde e Segurança do Trabalhador**

#### **Condições de Ambiente de Trabalho**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ÁGUA POTÁVEL**

Em condição de higiene será fornecida, aos empregados, água potável por meio de copos individuais ou bebedouros de jatos inclinados.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ASSENTOS NOS LOCAIS DE TRABALHO**

As empresas colocarão, nos locais de trabalho onde o atendimento ao público é feito de pé, assento para descanso dos empregados nas horas sem movimento.

### **Uniforme**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - UNIFORMES DE TRABALHO E MAQUIAGEM**

Desde que limitado ao âmbito do trabalho, o empregador pode determinar o uso de uniformes ou calçados apropriados que fornecerá, gratuitamente, aos empregados.

**Parágrafo único.** As empresas ficam obrigadas a fornecer material de maquiagem adequado à todas empregadas, quando exigirem que as mesmas trabalhem maquiadas.

### **Primeiros Socorros**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - PRIMEIROS SOCORROS**

Os empregadores manterão devidamente apetrechada e à disposição dos empregados, uma caixa de primeiros socorros para curativos urgentes.

## **Relações Sindicais**

### **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - QUADRO DE AVISOS**

As empresas que dispuserem de quadro de aviso permitirão também a afixação de comunicados do Sindicato Profissional, desde que os escritos não contenham ofensas de caráter pessoal ou informe que venha a denegrir empresa/empregador que detenha o respectivo quadro.

### **Garantias a Diretores Sindicais**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DOS DIRIGENTES**

Serão liberados os diretores do Sindicato Laboral, sem prejuízo ao salário do trabalhador, estabelecidos profissionalmente para o comparecimento em compromissos ou reuniões sindicais, durante até 12 (doze) dias ao ano, em número não superior a 01 (um) por empresa. A Entidade Sindical deverá comunicar à empresa, por escrito, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, a ausência do dirigente.

### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DESCONTO DE MENSALIDADES**

As mensalidades e outras verbas descontadas dos empregados sócios, associados e filiados destinadas ao Sindicato Profissional deverão ser recolhidas até o 7º (sétimo) dia após o desconto, com o preenchimento da relação dos empregados no verso da guia de contribuição, sob pena de multa e correção estabelecidas na cláusula trigésima sexta.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - TAXA NEGOCIAL LABORAL**

Por determinação da Assembleia Geral Extraordinária dos empregados, fica expressamente autorizada as empresas descontarem de todos(as) os(as) trabalhadores(as) beneficiados(as) por esta Convenção Coletiva de Trabalho o valor correspondente a 6,00% (seis por cento) do salário nominal, em uma única parcela, a ser creditada na conta da entidade laboral, através de boleto expedido pelo entidade laboral, que deverá ser recolhido até o 7º (sétimo) dia após o desconto, com o preenchimento da relação dos(as) empregados no verso da guia de contribuição, no mês subsequente ao registro do presente instrumento, sob pena de multa de

2% (dois por cento), e juros de mora, a incidirem sobre o montante a ser recolhido pela empresa, a contar do primeiro dia imediato após o término do prazo para o recolhimento.

PARÁGRAFO ÚNICO – A entidade laboral assumirá exclusiva e integralmente a responsabilidade pecuniária por qualquer pedido de devolução de taxa negocial dos empregados que tenha recebido e que seja posteriormente considerada indevida ou irregular, isentando o empregador de qualquer responsabilidade, inclusive perante procedimentos de lavra do Ministério Público do Trabalho.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

As empresas albergadas por esta convenção coletiva de trabalho deverão pagar a entidade sindical patronal em 31 de JULHO de 2022, a contribuição assistencial patronal no valor abaixo destacado, de acordo com o seu enquadramento empresarial, por estabelecimento.

PORTE DA EMPRESA	VALOR (R\$)
CPF e MEI	223,00
ME e EPP	380,00
MÉDIO	760,00
NORMAL	980,00

Parágrafo Primeiro: Com pagamento da taxa prevista na presente cláusula fica assegurado ao empresário a adesão ao cartão do empresário que traz uma série de vantagens e benefícios, como condições diferenciadas para a compra de carros 0km, viagens e excursões para diversos destinos, cursos profissionalizantes, clínicas para cuidados terapêuticos, fisioterapia, nutrição, dentre outros, podendo ser conferido todos os benefícios através de consulta ao site <https://www.fecomercio-ce.com.br/cartão-do-empresario/>.

Parágrafo Segundo: Após o pagamento, deverá o empresário se dirigir a sede da entidade sindical patronal, portando o comprovante de pagamento, para requerer a expedição do cartão do empresário.

Parágrafo Terceiro: A Entidade Sindical Patronal, como parte integrante do sistema SICOMÉRCIO e, conforme previsto no estatuto social, efetivará a partilha da receita advinda da contribuição assistencial, da seguinte forma:

- a) 10% (dez por cento) à CNC;
- b) 20% (vinte por cento) para a Federação;
- c) 70% (setenta por cento) para o Sindicato.

## **Disposições Gerais**

### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES**

Por infração de qualquer cláusula deste Instrumento, salvo aquelas a que a lei cominar menor valor, será aplicada uma multa no valor de 01(um) piso da categoria, a qual reverterá a favor da parte prejudicada e que será paga no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da confirmação da infração, acrescida de 50% (cinquenta por cento) em caso de reincidência.

**SEBASTIAO COSTA DO NASCIMENTO**

Presidente

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE FORTALEZA**

**LUIZ GASTAO BITTENCOURT DA SILVA**

Presidente

**FEDERACAO DO COMERCIO DO ESTADO DO CEARA**

#### **ANEXOS**

#### **ANEXO I - ATA DA REUNIÃO**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.